

Morais do drama urbano: violência policial, discurso midiático e produção de contos morais

Recebido: 21.06.13

Aprovado: 21.10.13

Susana Durão*
& Maria Claudia Coelho**

* Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) de Lisboa.
<ssbdurao@gmail.com>

** Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).
<mccoelho@bighost.com.br>

Resumo: Este trabalho analisa a cobertura midiática do assassinato de Evandro João da Silva, um dos “líderes” do Grupo Cultural AfroReggae (GCAR), ocorrido no Centro do Rio de Janeiro, em outubro de 2009, em consequência de reação a um assalto. A análise baseia-se na interpretação de que as propostas de intervenção social do GCAR constituem um “projeto moral” ancorado na noção de responsabilidade para com o outro. Este projeto seria desenvolvido, no plano discursivo, através de pequenos “contos morais”, que têm como protagonista o sobrevivente, cuja marca emocional é a esperança. Porém, a morte de Evandro insere um dado novo nestes contos: seu protagonista é um mártir, associado não à esperança, mas à utopia. Tomamos este escândalo de opinião pública como um drama social, um momento em que a “sociedade” (neste caso a carioca) discute a si mesma, ou, dito de outro modo, como um ritual, nos termos de Geertz (1978), uma “história que a sociedade conta sobre ela mesma para si mesma”. Qual seria então a “moral” desta história que coloca o GCAR diante de um desafio: lidar com a emergência de um mártir em suas fileiras de sobreviventes? O material analisado é a cobertura do evento no jornal *O Globo*, no período de 19 a 24 de outubro de 2009. O foco da análise está nas representações da instituição policial presentes nas falas dos diversos atores sociais participantes do debate: autoridades, especialistas, membros do grupo e leitores do jornal.

Palavras chave: Grupo Cultural AfroReggae; movimentos sociais; discurso midiático; policiamento; violência urbana

Este trabalho analisa a cobertura midiática do assassinato de um dos “líderes” do Grupo Cultural AfroReggae (GCAR). Fundado em 1993, o grupo promove atividades culturais em periferias carentes do Rio de Janeiro, com o objetivo de oferecer aos jovens alternativas de vida ao tráfico de drogas e ocupação. O grupo tem entre suas preocupações fundamentais promover a aproximação entre agentes policiais e estes jovens, que se consideram alvos recorrentes do arbítrio e da violência dos primeiros. Vários projetos de capacitação, núcleos e oficinas tematizam culturalmente, por via da música, do teatro, do grafite, da dança e do esporte, o problema urbano da violência contra e entre jovens pobres no Rio de Janeiro¹.

O assassinato de Evandro João da Silva ocorreu no Centro do Rio de Janeiro em outubro de 2009, em consequência de sua reação a um assalto no decurso do qual seria baleado. A sequência de eventos foi filmada por câmeras de segurança CCTV

1. O texto encontra-se, em sua versão preliminar, no site do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, intitulado “Diversidades e (Des)igualdades”, realizado em Salvador, entre 7 e 10 de agosto de 2011 (Universidade Federal da Bahia (UFBA) – PAF I e II, Campus de Ondina). Ver: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/nais/3/1307979573_ARQUIVO_Moraisdo-DramaUrbano-MariaClaudiaCoelho-SusanaDuroao.pdf>.

2. Utilizamos aqui a noção de “projeto moral” segundo a definição de Cole (2003), para quem os projetos morais referem-se “às visões locais que fazem uma pessoa boa, uma comunidade justa, e o modo como estas concepções de comunidade reciprocamente envolvem noções pessoais do que significa ter uma boa vida, e os esforços para obter tal vida. As pessoas engajam-se em projetos para fazerem de si próprios um certo tipo de pessoas morais” (Cole apud Zigon, 2008: 149-150). Ainda segundo Cole, as visões morais das pessoas teriam a capacidade de orientar suas narrativas: é seguindo esta pista que tomamos as histórias narradas nesta produção discursiva em torno do GCAR como “contos morais”.

3. Baseamos esta distinção entre esperança e utopia na obra de Vincent Crapanzano (2004), que, por sua vez, retira sua inspiração das reflexões do teólogo Jürgen Moltmann: “Assim, esperanças e antecipações do futuro não são um brilho imposto que transfigura uma existência sombria, mas formas realistas

que flagraram, em seguida, um carro da polícia militar abordando os assaltantes. A filmagem mostra ainda que os dois ocupantes da viatura se apropriam do produto do roubo – uma jaqueta e um tênis. Em seguida, os agentes liberam os assaltantes e não socorrem Evandro, ainda vivo, caído na rua.

O caso ocupa amplo espaço na mídia durante cerca de uma semana. Seus principais momentos são a notícia do assassinato; a descoberta da atuação dos policiais; e o acalorado debate entre autoridades políticas e de segurança e o coordenador do AfroReggae, José Júnior. Em declarações à mídia o relações-públicas da Polícia Militar defendia que a atitude dos policiais seria apenas um “desvio de conduta”. Segundo Júnior, no entanto, os dois policiais seriam “criminosos fardados”. O material analisado é a cobertura do evento no jornal *O Globo*, no período de 19 a 24 de outubro de 2009.

A análise baseia-se na interpretação de que as propostas de intervenção social do GCAR constituem um “projeto moral” (Durão e Coelho, 2012). Este “projeto moral”, examinado na produção discursiva de e sobre o GCAR, estaria ancorado na noção de *responsabilidade para com o outro*, desenvolvida através da repetida divulgação de histórias tomadas como *contos morais*: a trajetória de um sujeito imagístico dramatizado como rapaz de comunidade carente que teria escapado ao destino da morte precoce em função da atração pelo tráfico para, em vez disso, dedicar-se a “salvar” os outros deste destino social². Sua salvação se daria pela conversão de uma narcocultura a uma cultura “legal” (no duplo sentido, lícita e feliz). Toda esta história tem como protagonista o sobrevivente, cuja marca emocional é a *esperança*. Porém, a morte de Evandro toma o rumo inesperado, confundindo os termos do projeto moral deste supermidiático e bem sucedido grupo: seu protagonista é um *mártir*, associado não à esperança, mas à utopia. Mas o projeto do GCAR não é, em sua gênese e processo, utópico; sua aposta é em um “futuro mediado” (Crapanzano, 2004), passível de ser alcançado através de ações no momento presente. Seu tempo é o tempo da esperança³.

Tomamos este escândalo de opinião pública como um drama social, um momento em que a “sociedade” (neste caso a carioca) discute a si mesma, ou, dito de outro modo, como um ritual, nos termos de Geertz (1978), uma “história que a sociedade conta sobre ela mesma para si mesma”. É preciso ter em conta que o que singulariza o projeto GCAR, no seio de todo um leque plural de projetos sociais do Brasil urbano, é a relação com a *audiência*. A audiência midiática (a ideia de estar perante públicos) está sempre presente em todos os momentos coletivos do grupo. Qual seria então a “moral” desta história que coloca o GCAR diante de um desafio: lidar com a emergência de um mártir em suas fileiras de sobreviventes?

O trabalho está estruturado em duas partes. Na primeira, expomos brevemente os principais contornos históricos e as linhas de atuação do grupo. Chamamos a atenção para a transição de um movimento cultural na direção da constituição de uma ONG e, posteriormente, de uma empresa social. Dito de outro modo, retratamos aqui a ambição expansionista do GCAR e a repercussão midiática que ocupa na realidade carioca aquele que nasceu em 1993 como um pequeno e situado movimento. Em seguida, analisamos a cobertura midiática em torno do assassinato de Evandro Silva e seu lugar na malha discursiva produzida em torno das atividades do GCAR. Nas considerações finais, recuperamos algumas ideias desenvolvidas anteriormente (Durão & Coelho, 2012) acerca da “elaboração de si” (Goffman, 1975) do grupo, procurando responder à questão central deste texto: qual o lugar do “mártir” nos contos morais que o GCAR conta a respeito de si mesmo? Que lugar resta para a esperança na história contada do CGAR quando esta é atingida no seu âmago por uma morte violenta?

O Grupo Cultural Afro-Reggae: breve histórico e principais características

O grupo ganha projeção midiática, aspecto que está desde cedo impresso como prioridade de sua ação, a partir de dois eventos trágicos, ambos ocorridos no ano de 1993: as conhecidas chacinas de Vigário Geral e da Candelária. Em Vigário Geral, favela que viria a ser a sede mãe do projeto/movimento da ONG, morreram 21 moradores. Tratou-se aparentemente de retaliação da ação policial por terem sido mortos na véspera quatro policiais na mesma favela, nas mãos de traficantes locais. Já às portas da Igreja da Candelária, um dos edifícios históricos mais conhecidos do Centro do Rio de Janeiro, oito meninos de rua foram assassinados. Mais de 40 crianças dormiam na praça da igreja quando cinco homens armados desceram de dois carros e dispararam em sua direção. Até hoje não se sabe o que motivou a matança. Ambos os eventos teriam os mesmos contornos: expressões de violência discriminatória e letal dirigidas a crianças e jovens pobres, aspecto que o grupo nunca mais deixou de explorar nas ações sociais e culturais que nos últimos 17 anos desenvolveu.

É, todavia, preciso notar que, tal como analisou Olívia Cunha (2000), desde as origens e o desenvolvimento dos primeiros anos do AfroReggae este ficaria marcado por uma reatualização de outros movimentos sociais de décadas anteriores que o inspiraram, em particular o movimento negro brasileiro. Mas o AfroReggae passou a falar a partir de um lugar geográfico específico, a favela, e por “comunidades” que se tornaram o referencial político do grupo, reconhecendo no seu caráter marginal o que lhes confere uma possível identidade coletiva e a possibilidade de reivindicação a partir de um lugar reconhecido no e como parte do contexto urbano.

de perceber o escopo de nossas possibilidades reais, e desta forma colocam tudo em movimento e o mantêm em estado de mudança. A esperança e o tipo de pensamento que a acompanha não estão, consequentemente, sujeitos à crítica de ‘utópicos’, porque não lutam por coisas que ‘não têm lugar’, mas por coisas que ‘ainda não têm lugar’, mas podem alcançá-lo” (Crapanzano, 2004: 101, tradução nossa). Nesse sentido, esperança não se confunde com utopia, aqui entendida como ideologia política ou sistema quimérico que, embora almejado, parece irrealizável. Em texto anterior (Durão & Coelho, 2012), discutimos que o tempo da esperança não pode ser confundido com o tempo da utopia, com sua produção de narrativas, performance e imagens de fuga ao desespero da violência, como foi visto para outros movimentos culturais das periferias paulistas (Caldeira, 2006).

Desse modo, neste grupo, as escolhas acerca dos possíveis vínculos político-institucionais estiveram desde cedo em uma posição subalterna em relação a projetos pessoais, onde a dimensão coletiva da militância/intervenção aparece com menor ênfase do que em outros movimentos.

São as relações interpessoais que impulsionam projetos políticos [sendo o político enunciado como um ponto de vista de caráter subjetivo], não mais vistos como “missão”, mas como possibilidade de profissionalização (Cunha, 2000: 361).

Essa postura ganha particular relevo com a adesão do movimento ao *status* de ONG, reforçando a sua via profissionalizante por via da música e das artes performativas que marcaram o início do projeto. Desde a criação do jornal *Afro Reggae Notícias* em 1993, um jornal sobre “cultura afro”, e a realização de festas reggae no Centro e em espaços alternativos do Rio de Janeiro.

Todavia, a ocorrência das chacinhas proporciona ao grupo uma oportunidade de reorientação das prioridades da ação “cultural”, cada vez mais abrangente e midiaticizada. Junta-se assim aos que defendem o diagnóstico do Rio como “cidade partida”. Este é o título do livro de Zuenir Ventura (1994) que apresenta uma síntese de um conjunto de movimentos sociais que nasce nessa época, pós-Candelária. Este livro tornou-se uma referência obrigatória e está hoje impregnado em muitos dos discursos que circulam sobre a cidade do Rio. Nestes, difunde-se a ideia de que a cidade estaria totalmente refém de uma clivagem social profunda entre “classes médias”, que habitam o asfalto, e as “camadas populares”, que moram nas favelas. É neste contexto discursivo que o tema da violência e da pobreza se conecta e começa a ser considerado como responsabilidade de todos no Rio de Janeiro, contexto de entendimento que é plenamente retomado e dramatizado nas exposições culturais mais variadas do GCAR.

Ao se basear numa lógica de “multiplicação”, “articulação” e “mediação” entre múltiplas instâncias da dita cidade partida, mas sem nunca abandonar a sua situação de enraizamento local na favela de Vigário Geral, o GCAR vai conquistando simultaneamente mais públicos e alargando o campo de atuação. Cria-se a partir de então um projeto ambicioso, o núcleo cultural, que viria mais tarde a ser ampliado num edifício de enormes proporções para a favela mãe do movimento. É nesse contexto que o grupo se alarga, propondo diferentes atividades culturais, mas sustentando como imagem de marca as oficinas de percussão e os pequenos núcleos com diferentes orientações de estilo, misturando reggae, sons afro, jazz, samba, hip hop e outras sonoridades consideradas genericamente afro-brasileiras.

Traça-se assim de um objetivo fundamental: um caminho de profissionalização cultural pessoal que passa por oferecer aos meninos de Vigário, e posteriormente a ou-

tros de favelas onde o AfroReggae vai se instalando, uma “alternativa ao tráfico e ao subemprego” (Júnior, 2006: 64). Através de expressões performáticas de cultura, os membros do grupo pretendem ser uma alternativa a duas referências de estilo de vida que o grupo considera estarem implementadas nas favelas. A ideia é não mais ser como os jovens rapazes traficantes que ganham prestígio e capacidade de consumo local e também recusar o triste destino de pais, tios, avós das favelas que vivem de uma economia subterrânea (camelôs, empregadas domésticas, biscateiros etc.) cujo projeto de vida já não é reconhecido pelas gerações atuais.

Assim, para o GCAR, trata-se de inventar um outro sujeito favelado, um jovem (geralmente do sexo masculino) com um espaço de vida próprio e culturalmente mediado, sendo ao mesmo tempo um morador e um dramaturgo da vida de favela alternativa que nele desponta. Mas este sujeito fala ao mesmo tempo para fora, para audiências midiáticas, e para dentro, para a favela, incluindo nessa audiência mais local esses *outros* da favela, parentes e traficantes. É nesta medida que o mentor e líder do grupo, e outros atores de grupos similares do Rio de Janeiro – tais como a Central Única das Favelas (Cufa), Nós do Morro, Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), Jongo da Serrinha, Crescer e Viver etc. – consideram estar produzindo artistas potenciais de onde menos se esperava que eles emergissem, dos locais pobres, negros, para onde convergem várias formas de violência. Assim, é dada uma ênfase à “cultura” como instrumento de combate à violência urbana que os envolve.

Nos últimos anos, ao mesmo tempo em que crescia enquanto ONG, o AfroReggae aos poucos apoiou-se numa dinâmica central que passou pela captação de recursos avultados para financiar as suas ações e cada vez maiores e ambiciosos projetos culturais. Os seus gestores começaram a recorrer a empresas brasileiras e multinacionais, a fundações e ao Estado. De um modo mais simbólico e para ampliar a sua popularidade, que começou por se fazer sentir em todo o Rio de Janeiro, mas que se expandiu pelo Brasil, o GCAR apoia-se em figuras públicas, artistas, jornalistas, atores e atrizes de novelas brasileiras. Alguns são cooptados para o movimento numa condição especial, a de “padrinhos”, no sentido em que acompanharam de perto o nascimento do grupo e apadrinharam o projeto. Tal é o caso de figuras como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Regina Casé e o próprio Zuenir Ventura, criador da noção de “cidade partida”.

Com esta mobilização para o crescimento do projeto, que foi acompanhada por uma crise do financiamento internacional às ONGs brasileiras, conter o projeto no formato de ONG começou a parecer a Júnior e aos colaboradores um caminho insuficiente. O GCAR transformou-se numa organização de características híbridas. Se, inicialmente, era movimento social, próximo a outros na promoção da chamada consciência negra, durante os anos 1990 tornou-se ONG com um projeto cultural e social mais ambi-

cioso. Já nos anos 2000, abriu espaço para a empresa social, com o ensejo de pelo menos parcialmente ser um projeto autossustentável. Tal dinâmica deu-se sobretudo a partir do início dos anos 2000, quando o crescimento geográfico e geométrico do AfroReggae delineou-se de forma mais perene. A confusão semântica entre o grupo e a banda musical (com CDs editados), que conservou sempre o mesmo nome, AfroReggae, ajuda também neste processo. A comercialização do *merchandising* da banda é um dos elementos lucrativos do movimento.

Lembre-mos, todavia, que este processo está longe de ser exclusivo deste movimento e é hoje perceptível em muitas outras instâncias mediadoras da América Latina (Yudice, 2000; 2006). O que é singular, porém, é a capacidade do GCAR afirmar-se simultaneamente no campo translocal (em várias favelas do Rio de Janeiro, pelo menos seis); no plano inter-regional (operando sobretudo no Rio, mas também noutros estados do Brasil) e na esfera da transnacionalização (exportando as suas “tecnologias”, como defende o líder, para países como Índia, Colômbia, e até periferias de cidades europeias como Londres).

Este plano – que foi captado no título do livro de José Junior, *Da favela para o mundo* (2006) – merece algum detalhe analítico. Também esta dinâmica não é nova. Ao analisar outras mega-ONGs a atuar na África, James Ferguson (2007) chama a atenção para como novas formas de poder transversal se têm instalado. O autor defende que conexões transnacionais a ocorrer na última década têm levado atores “locais” a desafiar a superioridade vertical de Estados; ONGs locais bem conectadas entre si podem conquistar amplo poder de influência. Se, em alguns momentos, as relações entre o GCAR e representantes do Estado são tensas, em outros são colaborativas, fluidas e quase fusionais, ora recontextualizando ora mitigando relações com os mesmos atores políticos.

Nesta exata medida, para atuar de modo mais transversal, o AfroReggae reproduziu formas de exportação daquilo a que os seus colaboradores chamam uma “tecnologia social”, sendo que esta se revela num plano eminentemente intersubjetivo e afetivo. Como defende Júnior:

[...] tudo passa pelo toque, pela forma de olhar, olhar nos olhos, e por reconhecer alguns talentos (José Júnior, no programa *Roda Viva*, TV Cultura, 2007).

Assim, o extremo localismo (“grassroots”) e a colocação do projeto no mercado global da cultura e da atuação social são dimensões agregadas nas ações do GCAR. Por um lado, trata-se de uma ONG que não é mais a típica associação local, que nasce exclusivamente para servir aos interesses de populações locais, mas que se desagrega se

não se manter parcialmente localizada. Ela tem mais de 200 funcionários trabalhando regularmente, segundo dados fornecidos pelos seus gestores. Esta requer um *staff* especializado em gestão cultural e divulgação midiática, mas grande parte dos seus agentes são jovens que prestam serviços a outras associações e fazem parte de outros movimentos. Entre estes destacam-se jovens (homens, mas também mulheres) oriundos de Vigário Geral, lugar com o qual o GCAR reconhece ter uma dívida de gênese, de fundação e de inspiração cultural. Como a ONG tem já quase duas décadas de existência, seus membros integram diferentes grupos etários, a maioria entre os 15 e 30 anos, que viram nascer o movimento e acompanharam o crescimento do empreendimento.

Hoje é quase impossível, e é até um exercício espúrio, fazer uma cartografia sistemática de todas as ações do AfroReggae. Mas é possível fornecer alguns exemplos concretos que ilustram bem o modo de funcionamento da ONG. O Centro Cultural Waly Salomão, em Vigário Geral, é o projeto mais local, mas que tem a característica de evidenciar na favela a ambição expansionista da ONG. Em 2009, foi construído esse enorme edifício multifuncional que se propôs a permanecer aberto e ao serviço dos moradores 24 horas por dia, com vários serviços culturais e sociais.

Um dos projetos do grupo foi o *Conexões Urbanas*, o qual começou com a realização de concertos com artistas ilustres (Caetano Veloso e outros) em favelas, sustentado pela ideia de levar a cultura às favelas. Mas este reconvverteu-se. Em alguns anos, os shows se transformaram em um programa televisivo – o Multishow, da Rede Globo – sendo um exemplo dos caminhos inusitados percorridos nesse meio tempo pelo movimento social, levando o seu líder a ensaiar o papel de repórter e entrevistador, agora dramatizando ele mesmo o sujeito da figura pública que se colou desde então à sua pele⁴.

A filosofia e prática da organização do AfroReggae encontra-se muito bem expressa naquele que é considerado o seu “projeto modelo”, como defendeu José Júnior (*Roda Viva – TV Cultura*, 2007), o projeto “Juventude & Polícia”. Este é um projeto realizado durante vários anos, entre 2004 e 2008, envolvendo colaborações entre jovens de favelas, monitores e instrutores de diferentes segmentos sociais, policiais e estudantes nas escolas consideradas e mediatizadas como as mais violentas de Belo Horizonte. Onde ninguém quer chegar, chega o GCAR: esse sempre foi um dos motes para conquistar uma autoridade de mediação cultural e local. A proposta geral apresentada foi a de desfazer o que o grupo designa como “estereótipos culturais”, sobretudo entre jovens e policiais, os quais impediriam a fluidez dos canais de comunicação para a reconversão da violência em paz.

Desde pelo menos a invenção e execução do projeto “Juventude & Polícia”, o AfroReggae apoia-se na ideia de que os marginalizados, os que falam a partir da favela,

4. Note-se que a sinopse do programa aponta exatamente a concretização da ambição de ampliar o trabalho moral e de *pedagogização* do movimento: “*Conexões Urbanas* é o braço televisivo de um movimento social. O objetivo é criar elos de conhecimento, cultura e afetividade entre os diversos grupos em que a sociedade se dividiu: ricos e pobres, brancos e pretos. Você vai se conectar com os mais recentes pensamentos de sustentabilidade, tecnologia social, cidadania e principalmente paz. Um programa para gerar reflexão e ação”. <<http://multishow.globo.com/Conexoes-Urbanas/Sobre-o-Programa/>>. Visualização: 28 Jul. 2010.

mas já convertidos ao movimento do grupo (e transformados deste modo em representantes da comunidade), poderiam afinal *ter lições a dar* e ser eles mesmos agentes e mediadores morais para todo o Brasil urbano. Nesse sentido, foi-se alargando a pedagogia do sujeito-esperança, congregando nas mesmas experiências, entre palestras e oficinas, jovens ex-traficantes, instrutores e monitores culturais, policiais e educadores. O ponto alto desta concepção foi a proposta de transformação de alguns agentes policiais em pedagogos de oficinas permanentes oferecidas durante todo o ano letivo nas escolas onde o projeto foi desenvolvido. Um esquema foi acordado entre o GCAR e a Polícia Militar de Belo Horizonte, mas sempre enfrentando resistências e dificuldades variadas de implementação operacional.

As ações culturais do GCAR são hoje tão plurais e variadas que ultrapassam a capacitação, o show e mesmo o multishow. No caso dos “Prêmios Orilaxé”, a ação simula a ideia de festival. Estes prêmios são como que o corolário do projeto, a celebração e o festejo sazonal do movimento ascendente do grupo. Orilaxé é uma palavra lorubá, inspiração negra do movimento, que significa “cabeça pensante”. Esta é uma grande festa anual que congrega personalidades do mundo artístico, televisivo, ativistas e políticos, a maior parte cariocas, mas não apenas. Líderes do AfroReggae aproveitam para eleger e premiar publicamente os projetos e as personalidades que consideram os mais bem sucedidos do “Brasil social”. O interesse está no fato de a ONG colocar-se na posição de ela mesma premiar a sociedade brasileira, isto é, na condição de produtora de diagnóstico e de política.

Este é lugar que o AfroReggae reivindica para o seu discurso, um lugar de autoridade, em que diagnostica e intervém em igualdade de condições com “especialistas” e “autoridades”, quando não em posição de superioridade moral. O grupo reivindica para si a condição de produtor de diagnóstico a partir da experiência de imersão em territórios da “cidade partida”, metáfora que os autoriza a manter essa posição de especialistas de lugares onde ninguém mais chega, nem mesmo o Estado⁵.

Este lugar discursivo que situa o AfroReggae no seio de movimentos sociais, culturais, identitários e políticos, e a sua consequente posição de afirmação de uma autoridade moral fica particularmente nítido no drama social gerado pela morte de Evandro Silva. É o que veremos na segunda parte do artigo.

5. Note-se que toda esta posição discursiva do grupo poderia ter sido reconvertida após a experiência das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas do Rio de Janeiro. Todavia, reclamando o AfroReggae para si a condição de “especialista” em favelas da Baixada Fluminense, onde as UPPs ou não se implementaram ou encontram maior resistência para sua execução, o campo de intervenção e de reconhecimento de sua atuação mantém-se virtualmente em aberto e em expansão.

A cobertura midiática da morte de Evandro: a instituição policial em debate

A cobertura jornalística realizada por *O Globo* tem início em 19 de outubro de 2009, uma segunda-feira. A manchete principal é referente às investigações sobre a derrubada de um helicóptero da Polícia Militar por traficantes. A notícia da morte de Evandro João da Silva vem ao lado, embaixo da fotografia de um menino que toca violino aos prantos em seu enterro. A manchete é “Luto no AfroReggae”, e a diagramação produz uma clara associação entre as duas notícias, que surgem como parte de um mesmo “campo temático”.

Neste primeiro momento da cobertura, Evandro é descrito por seu irmão como alguém que tinha medo da violência urbana provocada pelos conflitos entre traficantes. Esta teria sido a razão de ele não ter participado de um jantar com sua família, devido à localização do restaurante escolhido, que o obrigaria a “atravessar a cidade em meio ao confronto entre traficantes” (*O Globo*, 19 Nov. 2009, “Caderno Rio”: 15).

Um segundo tema muito nítido na descrição de Evandro feita por seus amigos é sua atuação como “mediador de conflitos”. José Júnior, coordenador do GCAR, descreve assim suas atividades no grupo:

Ele começou a trabalhar com a gente em 2000, com o projeto “Rompendo as Fronteiras”, em Parada de Lucas, onde morava. Evandro dava aulas de informática e atuou mediando conflitos entre a sua comunidade e Vigário Geral. Foi promovido a coordenador e também era responsável pelo projeto “Rebelião Cultural”, que acontece dentro de presídios da cidade. Nunca tinha acontecido nada com ele. Infelizmente, em um momento de lazer, houve essa tragédia – disse (*O Globo*, 19 Out. 2009, “Caderno Rio”: 15).

Este tema dos trânsitos culturais dos elementos do GCAR entre mundos que se opõem como duas metades “partidas” aparece também no depoimento de Altair Martins, presidente do grupo:

Nossa missão é construir uma ponte entre a favela e o asfalto, promovendo uma integração entre esses dois polos – explicava. O nosso mundo não é só aqui na favela, existe um mundo lá fora também, são espaços que temos que explorar: bibliotecas, centros culturais, cinemas. Existe arte, existe cultura, existe um outro universo além deste nosso (*O Globo*, 19 Out. 2009, “Caderno Rio”: 15).

A morte de Evandro Silva suscita assim a retomada daquele “diagnóstico” da cidade do Rio de Janeiro que instaura um ambiente de reflexão/intervenção: a “cidade partida”,

cindida entre a favela e o asfalto (Ventura, 1994). Evandro é o típico representante da forma de atuação do GCAR: um rapaz originário de uma comunidade carente que coordenava oficinas culturais em favelas e presídios, além de atuar como mediador de conflitos. Teria, contudo, manifestado medo de transitar de um mundo para o outro sem a mediação da cultura, sem o escudo protetor do AfroReggae.

Este tema da “mediação” aparece também de forma mais sutil na descrição da homenagem prestada a Evandro na cerimônia de seu enterro, quando um conjunto de crianças, suas alunas em uma oficina de violino, tocam peças de Bach, realizando assim, de forma metafórica, uma aproximação entre os campos da cultura erudita e da cultura popular, da cidade dual.

No dia seguinte, *O Globo* noticia algumas providências tomadas por José Júnior em relação à apuração das circunstâncias da morte de Evandro. Entre elas, podemos destacar sua atuação junto às autoridades policiais e estaduais. Júnior faz contato direto com o chefe de Polícia Civil, Allan Turnowski, a quem pede que a investigação do caso seja transferida para a Delegacia de Homicídios; e recebe um e-mail do governador Sérgio Cabral.

Na fala atribuída a Júnior:

6. A esta altura, já estavam em curso as negociações do AfroReggae com a Polícia Civil do Rio de Janeiro para ser conduzido o projeto “Papo de Resposta”, que decorre desde então em escolas públicas, igrejas, faculdades e empresas do Rio. Policiais e membros do AfroReggae oferecem “aulas” sobre os riscos de se aproximar da criminalidade. O “Papo de Resposta” foi publicamente apresentado pela primeira vez na Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, em 29 de Agosto de 2009, pouco mais de um mês antes da morte de Evandro João.

Allan é um parceiro de muitos anos. Falei com ele sobre as câmeras na rua e ele deu uma superatenção. Também recebi um e-mail do governador [Sérgio Cabral]. Acredito na gestão dele, tenho visto melhorias, mas à medida que faz um trabalho de segurança, bandidos reagem de forma violenta. Foi assim em Bogotá, em Nova York (*O Globo*, 20 Out. 2009, “Caderno Rio”: 18).

Dois aspectos da fala de Júnior merecem ser comentados aqui. O primeiro é a sua circulação junto às autoridades oficiais: um e-mail do governador, o chefe de polícia descrito como um “parceiro”⁶. O segundo aspecto a reter é o lugar de “autoridade” informal que seus comentários parecem reivindicar: a confiança na gestão do governador, sua avaliação das “melhorias”, sua fala semelhante à dos especialistas na produção de “diagnósticos” sobre os padrões internacionais das políticas de segurança pública.

Dois dias depois, contudo, a cobertura traz novas revelações sobre as circunstâncias da morte de Evandro que reorientam drasticamente os temas centrais do noticiário. Imagens de câmeras de segurança de lojas situadas próximas ao local do assalto mostram que, poucos segundos após atirarem em Evandro, os assaltantes são abordados por dois policiais militares em uma viatura. Os policiais se apropriam do produto do roubo – uma jaqueta e um par de tênis – e em seguida liberam os assaltantes. Além disso, os policiais não prestam socorro a Evandro, que agonizava na calçada.

Este segundo momento da cobertura é marcado por uma forte tensão entre José Júnior e o coronel Mário Sérgio Duarte, comandante-geral da Polícia Militar. Após ver as imagens que mostram a atuação dos policiais, Júnior dá a seguinte declaração à imprensa: “Não podemos culpar a instituição, mas é uma conduta que equipara ou até torna esses dois PMs piores do que os bandidos”.

Nas páginas internas dedicadas ao noticiário sobre o caso, há outras declarações de José Júnior que reforçam esta sua linha de atuação como alguém próximo das autoridades e que fala de um lugar análogo àquele dos “especialistas”, apresentando um resumo político de sua exigência de identificação dos policiais militares culpados. Vejamos:

O coordenador elogiou a conduta da Polícia Civil no caso, ressaltando que acredita que os assaltantes serão localizados e presos em breve. Ele acrescentou que seu grupo tem uma relação muito boa com a instituição, motivada principalmente por um projeto conjunto de palestras em escolas. Ontem, o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, também entrou em contato com José Júnior para prestar solidariedade e reforçar empenho no caso.

— No domingo, liguei para o Allan (Turnowski, chefe de Polícia Civil), que ficou chocado e colocou a instituição à disposição. Estou confiante de que o caso será resolvido em breve. E também acredito que o coronel Mário Sérgio não vai deixar barato o que esses policiais fizeram – afirmou o coordenador do AfroReggae.

Apesar de reforçar sua indignação com o caso, José Júnior disse que o incidente não mancha a política de segurança que vem sendo implementada atualmente:

— Tenho visto a busca de uma relação melhor com a população. Estamos vivendo um período único de relação entre os governos estadual, federal e municipal. Não faço discurso derrotista. Sou um entusiasta e tenho visto melhoras. Estamos sentindo na carne a perda, mas estamos otimistas de que há um processo de mudanças (*O Globo*, 22 Nov. 2009, “Caderno Rio”: 10).

Assim, os traços acima apontados aparecem aqui, na figura do secretário de Segurança Pública que entra em contato para lhe prestar solidariedade e na fala-diagnóstico (o incidente que “não mancha a política de segurança”, o “período único” da relação entre os governos).

Este momento de cobertura é marcado por uma forte institucionalização da discussão. Dito de outro modo, o tema central do evento passa a ser a instituição policial, com os esforços de Júnior de, ao mesmo tempo em que acusa os dois policiais envolvidos (“criminosos fardados”), fazer um visível esforço de distinção entre a política de

segurança, a instituição policial, e os dois agentes envolvidos. Este esforço encontra eco em outras seções dos jornais, tais como boxes de opinião e cartas de leitores. É assim que, no dia 23 de outubro, em página inteiramente dedicada à cobertura do caso – sintomaticamente intitulada “Polícia bandida” – o jornal publica um box intitulado “Exemplo”:

Embora já fosse motivo suficiente, não é só pelo fato de PMs assaltarem um ladrão e assassino, em vez de o prenderem, que a ação do comando da corporação, da Justiça e do MP no caso da morte do dirigente do AfroReggae precisa ser implacável.

Como um dos policiais suspeitos é um oficial, um capitão, a história ganha contornos especiais, pois indica a contaminação de níveis hierárquicos mais elevados pela “banda podre” da corporação.

A depender do desfecho do caso, será mais difícil ou menos sanear a PM. Esperemos a sinalização que será dada a todos, soldados e oficiais (*O Globo*, 23 Nov. 2009, “Caderno Rio”: 14).

No mesmo dia, a seção “Cartas dos Leitores” traz 18 cartas. O tema da polícia como instituição predomina já no título: “A polícia bandida”. As cartas trazem inúmeras críticas à instituição policial, clamando por mudanças. Alguns fragmentos nos servem de exemplos:

Alguém tem dúvidas de que a nossa PM precisa ser reformulada em sua grande maioria? [...] Sr. Governador, não perca esta chance de ficar para a história, transformando esta instituição naquilo que a população que o elegeu gostaria que fosse: uma polícia séria e capaz de combater o crime e proteger o cidadão.

A PM, que deveria nos proteger, roubou, não prestou socorro e deixou os assassinos livres para praticarem outros assaltos.

Será que alguém ainda duvida que 90% da violência no Rio estão diretamente ligados à corrupção policial? [...] O bandido não liga para a autoridade, não respeita, não teme, porque conhece, sabe que podem ser comprados, que podem ser corrompidos e que são tão ou piores que eles. E não adianta dizer que são algumas maças podres no cesto, quem vive o dia a dia do Rio ou qualquer outra cidade sabe que a grande maioria age como marginais.

A polícia que é paga para proteger os cidadãos e seus bens foi mais criminosa que os próprios bandidos. Ao não prenderem os dois que mataram o diretor do AfroReggae, os policiais prevaricaram.

É um pesadelo, é uma novela? Não, é a polícia bandida e corrupta do Rio de Janeiro, que em vez de defender a sociedade mata,

rouba e se omite. [...] Que polícia é esta? Fatos como este estão se tornando rotineiros e nada acontece. Onde está o governador Cabral que não reage, não intervém e somente assiste, de longe, a essa barbárie? Onde estão as nossas autoridades que não dão um basta nesta onda de violência, que é antiga e não é novidade para ninguém?

Poderia ser diferente? Haveria outros caminhos possíveis para a cobertura que não a discussão sobre a instituição policial? Muitas vezes, análises de conteúdo midiático encontram pistas promissoras nas *ausências* – naquilo que é pouco ou não é mencionado. Neste caso, chama a atenção a debilidade do clamor pela prisão dos assaltantes. No dia 23 de outubro, Júnior e o pai de Evandro falam sobre a necessidade de que os assaltantes que o balearam sejam encontrados; no dia 24 de outubro, uma matéria fala de algumas suspeitas da polícia quanto à identidade dos mesmos. E é só.

Este diminuto espaço dedicado aos assaltantes reforça esta leitura de que a tônica do noticiário é a institucionalização do problema. Tudo estará centrado no drama entre diferentes diagnósticos dirigidos à Polícia. Não há, como em tantos outros episódios de violência urbana no Rio de Janeiro, “interpretações” alternativas do problema, como, por exemplo, a “desvalorização da vida humana”, que poderia (como já o foi tantas vezes) ser suscitada diante da insignificância do “produto” do roubo (um par de tênis e uma jaqueta). *É como se os verdadeiros assassinos de Evandro não fossem os assaltantes que o balearam, mas sim os policiais que não o socorreram.*

Esta “institucionalização” do debate midiático sobre a morte de Evandro tem sequência na declaração do relações-públicas da Polícia Militar, major Oderlei Santos, que minimiza a atuação dos dois policiais caracterizando-a como um “desvio de conduta” (*O Globo*, 23 Out. 2009: primeira página). Após as declarações, o major é exonerado por ordem do governador Sérgio Cabral, que equipara sua atuação à de um “advogado de defesa” dos policiais:

Isso é um desrespeito à população. Ele não merece ser o porta-voz da instituição da Polícia Militar. E o governador, quando precisa, exerce sua autoridade (*O Globo*, 24 Out. 2009, “Caderno Rio”. 20).

Esta declaração do major provoca uma polêmica entre José Júnior e o comandante da PM. Este diz a jornalistas que quer que Júnior peça desculpas pelo uso da expressão “criminosos fardados”; Júnior responde aos jornalistas que não vai se desculpar. Segundo a cobertura de *O Globo*:

Durante uma entrevista coletiva, o coordenador-executivo da ONG, José Júnior, chamou os policiais envolvidos no caso de Evan-

dro João da Silva de “criminosos fardados”. O coronel não esboçou reação, mas, após a saída de Júnior, disse que queria desculpas por causa da declaração. [...]

Ele (Júnior) disse que, depois da divulgação do caso de Evandro, recebeu diversos e-mails de policiais que estariam com vergonha de suas fardas:

— Policiais me procuraram para dizer estar com vergonha da farda. Eu disse que não, não é para ter vergonha da farda. A corporação não é culpada por isso, por causa desses dois marginais, criminosos fardados. É lamentável eu falar isso dentro do quartel-general da PM. O coronel deve até sentir bastante essa minha fala, mas não é nada diretamente ligado à corporação. Acredito que o coronel vai se empenhar bastante e, depois que ele prender esses assassinos, acabará mostrando que a corporação não é conivente. [...]

Em seguida, na entrevista coletiva, o coronel Mário Sérgio Duarte não polemizou:

— É duro escutarmos os sentimentos do Júnior. É duro ouvir, mas a corporação precisa ter coragem de encarar este momento, o momento de estar sendo acusada, e resolver os problemas que se apresentam. É uma situação que não gostaríamos de passar, mas isso não significa que ficaremos estáticos. Estamos aqui para defender a população.

Após a saída de Júnior, no entanto, o coronel chamou alguns jornalistas e disse que queria desculpas dele. O coordenador do AfroReggae afirmou que não vai se retratar:

— Ele entendeu errado o que eu disse, mas entendo, ele está muito mais fragilizado do que a gente. Não vou polemizar, mas não vou pedir desculpas porque não fui irresponsável. Só quero que ele cumpra o seu papel (*O Globo*, 24 Nov. 2009, “Caderno Rio”: 19).

A concentração em torno do tema da “instituição policial” fica aqui uma vez mais patente, tanto no esforço do coronel de explicitar uma posição institucional (“a corporação precisa ter coragem”, “não ficaremos estáticos”), quanto no empenho de Júnior de distinguir os dois “criminosos fardados” da instituição da Polícia Militar (“não é para ter vergonha da farda”, “nada diretamente ligado à corporação”). E, novamente, o lugar de autoridade de Júnior é construído através de uma postura em que reivindica maior poder para si através de uma compreensão compassiva: “ele [o coronel] está mais fragilizado do que a gente”⁷.

A seção “Cartas de Leitores” vem também mais uma vez reforçar o tom geral da cobertura. Com dez cartas agrupadas sob o título “Decisão acertada”, no dia 24 de

7. Clark (1997), discutindo a gramática da compaixão, aponta, entre outros traços, que compadecer-se pode ser uma forma de demarcação de superioridade, com aquele que se compadece elevando-se em relação àquele que recebe a compaixão.

outubro, a seção comenta a exoneração do relações-públicas, ironizando/criticando sua declaração e tecendo elogios ao governador:

Enalteço a correta atitude do governador Sérgio Cabral em relação à imediata exoneração do relações-públicas da Polícia Militar, major Oderlei Santos, após o mesmo declarar publicamente que os policiais que liberaram os assassinos do coordenador do Afro-Reggae, Evandro João da Silva, não poderiam ser considerados criminosos.

Parabéns ao governador pela exoneração deste indivíduo que minimizou uma cena cuja imagem não nega a banalização da vida humana. Abaixo o corporativismo!

Se um major da Polícia Militar define o crime de um policial, fiscal de outros policiais, como “desvio de conduta” estamos piores do que imaginado, mesmo pelos mais pessimistas.

Como síntese desta tensão entre “institucionalizar” a discussão da morte de Evandro e distinguir a corporação policial dos dois policiais envolvidos, podemos comentar a notícia de primeira página do dia 24 de outubro, que sugere uma polarização entre o “bom” e o “mau” policial ao opor o capitão Bizarro (sobrenome do capitão envolvido na omissão de socorro a Evandro) ao “capitão Herói” (alculha dada a outro policial militar, por coincidência formado na mesma turma, que dias antes pousara com sucesso um helicóptero da PM alvejado por traficantes). Ora bizarros, ora heróis: que corporação policial é essa? Parece ser essa a questão discutida pelas autoridades, pelos policiais e cidadãos cariocas neste “drama ritual” engendrado pela morte de Evandro João da Silva.

Considerações finais:

o lugar do mártir nos contos morais do GCAR

Em outro artigo (Durão & Coelho, 2012), discutimos a “representação de si” elaborada pelo GCAR em um conjunto de produções discursivas sobre o grupo. Identificamos nestas produções a recorrência de “contos morais”, pequenas histórias repetidas com mínimas variações, nas quais uma temática é predominante: a história de um “sobrevivente”, um rapaz oriundo de comunidades carentes, com uma biografia típica daquela que caracteriza os meninos cooptados pelo tráfico de drogas, sujeito à violência e ao arbítrio policiais, a somar a disfunções sociais, e que escapa, contudo, a esta trajetória de vida. Ao escapar desta trajetória, este menino torna-se responsável pelos outros. Seu sentimento é a esperança, entendida nos termos de Crapanzano (2004) como o tempo do “ainda não”, de um “futuro mediado”, de um mundo vislumbrado como possível através de ações no momento presente.

Esta leitura narrativa de sujeitos morais, com uma história de sobrevivência vivida para contar ao mundo, seria uma das mais centrais características da atuação política e social do CGAR. A proposta de inserção discursiva no mundo, tão singular e simultaneamente reconhecível de muitos contextos de pobreza, exige pautar os limites transformadores do grupo. Isto é, talvez mais do que atuação (política), o que estamos analisando de fato são fenômenos de representação atuante muito semelhantes aos descritos por Hamburger (2007) para a emergência dos temas da violência e pobreza no cinema brasileiro.

O sujeito AfroReggae parece existir na medida em que é um sujeito narrado e narrável. A história vale tanto ou mais que a experiência, já que a intenção é irradiar uma política de esperança baseada em sujeitos morais, jovens no masculino, pobres, muitas vezes negros, sobreviventes de seu próprio ambiente e destino social. Pode-se dizer que houve um tempo, na década de 1990, em que o GCAR passou a falar a partir de um lugar geográfico específico, a favela carioca, e por “comunidades” carentes que se tornaram o referencial político do grupo, reconhecendo no seu caráter marginal o que lhes conferia uma possível identidade (Cunha, 2000). Todavia, em anos recentes, o GCAR fala por intermédio da criação de sujeitos que emergem como representação de toda e qualquer favela.

Neste sentido, as análises sobre movimentos culturais como o GCAR não podem ser circunscritas à leitura da crítica global, nas pré ou antipolíticas identificadas em organizações não governamentais de tendência neoliberal (Fisher, 1997; Ferguson, 2006; Hilhorst, 2003). Por contraste, imaginar que o GCAR responde efetivamente à violência e à desigualdade urbanas por si só não esgota a interpretação (Ramos 2006; 2007; Dagnino, 1994; Durão, 2010). Esse último deve ser considerado um ponto de partida para a atuação e representação de lugares imaginados e de sujeitos morais (que almejam fazer um trabalho moralizante).

Voltemos ao caso aqui analisado, a morte de Evandro, rapaz de trajetória idêntica a esta biografia típica dos integrantes do GCAR. O grupo defronta-se com um “desafio discursivo”: como integrar um “mártir” às suas fileiras de sobreviventes?

No dia 24 de outubro, uma carta assinada por José Júnior é publicada em *O Globo*. A carta é escrita sob a forma de versos e intitula-se “a carta que eu nunca queria ter escrito”. Em suas primeiras estrofes, reconta os principais momentos da trajetória de Evandro no GCAR, iniciada nove anos antes. Seus últimos versos:

Há 8 dias, Evandro me deu um abraço
E me disse até amanhã.
Há 7, virou um mártir.
Desde então, nosso único alento

É que mártir não morre. Vira inspiração,
Transforma indignação em força.
Força para que continuemos a nossa guerra.
Uma guerra da qual ele, orgulhosa e intensamente,
Fazia parte.
Uma guerra em que lutaremos sempre.
Mas sempre torcendo para que um dia ela acabe.
(*O Globo*, 24 Nov. 2009, “Caderno O País”: 8).

O assassinato de Evandro é batizado de “martírio” pelo próprio grupo, em uma nova peça discursiva de sua elaboração de si. Sua morte, negada no plano simbólico, é incorporada ao “projeto moral” (Cole, 2003) do grupo sob a forma de “estímulo para não desistir”, de *responsabilidade para com o outro*, a qual, acoplada à esperança, constitui o cerne desta “tecnologia social” de transformação da cidade do Rio de Janeiro elaborada pelo Grupo Cultural AfroReggae a partir daquele diagnóstico de “cidade partida”.

A entrada do mártir na cena AfroReggae vem assim se inserir no pano de fundo de atuação, com vista à produção de um sujeito moral. Esta produção tem como cenário a “cidade em guerra”, desta feita uma guerra de metáforas atravessada por tensões entre diferentes vozes de autoridades que tanto se conjugam como conflituam. Estas vozes evidenciam espaços de disputa políticos mediatizados que partem do crime e da segurança, mas que facilmente deslizam para outras esferas discursivas onde essa dimensão passa a ser um aspecto secundário de todo o drama a performatizar. Desse modo, a política de esperança mantém-se como elemento cultural central, bem longe do ensejo da utopia reformista.

Nos últimos anos, a presença de núcleos do GCAR em diversas favelas cariocas foi crescendo à medida que também foram sendo ampliados outros programas, como as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) e as Igrejas evangélicas. É possível antever novas disputas e partilhas morais no espaço discursivo sobre pobreza e violência, tal como tem sido evidenciado por Birman e Machado (2012). Nesse sentido, as acusações e contra-acusações criminais recentes entre José Junior, líder e principal protagonista do GCAR, e o pastor Marcus Pereira da Silva, o principal mentor da Assembleia de Deus dos últimos Dias, amplamente mediatizadas e atravessadas por negociações políticas, parecem estar associadas a essas disputas. Isto é, além do GCAR, outros atores morais estão em cena e todos eles têm as suas próprias agendas. O futuro nos ajudará a interpretar esses eventos, atuantes nas suas representações em torno das subjetividades.

Abstract: This paper analyzes media discourses on the killing of Evandro João da Silva. Evandro was a leader of Cultural Group AfroReggae and was killed due to reacting to a robbery in Rio de Janeiro, October 2009. The analysis is based upon the interpretation of the Groups' set of strategies for social intervention as a "moral project". This project would have as its main focus the notion of responsibility towards the other. Its discursive development would be done through "moral tales", which would have as its protagonist the survivor, whose emotional mark would be hope. The death of Evandro, however, adds a new character to these tales: the martyr, who would be associated to utopia, rather than to hope. We examine this public opinion scandal as a social drama, a moment in which "society" (in this case Rio de Janeiro's society) discusses itself, or, referring to Geertz (1978), as a ritual, "a story a society tells to itself about itself". This story poses a challenge to GCAR: how to deal with the emergence of a "martyr" in the middle of their "survivors"? Data analyzed is the media coverage of this event in the newspaper *O Globo*, from October 19th to October 24th, 2009. The analysis focus on the representations of police institutions to be found in the interventions made by social actors who take part in this debate: public authorities, specialists, members of the Group and the newspaper's readers.

Key words: Cultural Group AfroReggae; social movements; media discourses; policing; urban violence

Referências

BIRMAN, Patrícia; MACHADO, Carly. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, 2012, p. 55-69.

CALDEIRA, Teresa. I came to sabotage your reasoning! Violence and resignifications of justice in Brazil. In: COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. *Law and disorder in the postcolony*. Chicago: The Chicago of University Press, 2006, p. 102-149.

CLARK, Candace. *Misery and company – sympathy in everyday life*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1997.

COLE, Jennifer. Narratives and moral projects: generational memoirs of the Malagasy 1947 Rebellion. *Ethos*, v. 131, n. 1, 2003, p. 95-126.

CRAPANZANO, Vincent. *Imaginative horizons – an essay in literary-philosophical anthropology*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2004.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Depois da festa: movimentos negros e "políticas de identidade" no Brasil. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000 [1998], p. 333-380.

DAGNINO, Eva. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. In: DAGNINO, E. (Ed.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DURÃO, Susana. Life opportunities and politics of subjectivity. An ethnographic research with NGO's young users in Rio de Janeiro and Lisbon. In SANCHES, Manuela Ribeiro; CLARA, Fernando; DUARTE, João Ferreira; MARTINS, Leonor Pires (Eds.). *Europe in black and white. Immigration, race, and identity in the "Old Continent"*. Bristol (UK); Wilmington (USA): Intellect Books, 2011.

DURÃO, Susana; COELHO, Maria Claudia. Moral e emoção nos movimentos culturais: estudo da "tecnologia social" do Grupo Cultural AfroReggae. *Revista de Antropologia*, v. 55, n. 2, Jul./Dez. 2012.

FISHER, W. William. Doing good? The politics and anti-politics of NGO practices. *Annual Review of Anthropology*, v. 26, 1997, p. 439-464.

FERGUSON, James. *Global shadows. Africa in the neoliberal world order*. Durham; London: Duke University Press, 2006.

HILHORST, Dorothea. *The real world of NGOs. Discourses, diversity and development*. London; New York: Zed, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

HAMBURGER, Esther. Violência e pobreza no cinema brasileiro recente. Reflexões sobre a ideia de espetáculo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 78, 2007, p. 113-128.

JÚNIOR, José. *Da favela para o mundo. A história do Grupo Cultural AfroReggae*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

RAMOS, Sílvia. Brazilian responses to violence and new forms of mediation: the case of the Grupo Cultural Afroreggae and experience of the project "Youth and the Police". *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, n. 2, 2006, p. 419-428.

———. Jovens de favelas na produção cultural brasileira dos anos 90. In. ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NAVES, Santuza Cambraia (Orgs.). *"Por que não?" Rupturas e continuidades da contracultura*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1994.

YUDICE, George. Redes de gestión social y cultural en tiempos de globalización. In: MATO, Daniel; AGUDO, Ximena; GARCIA, Illia (Orgs.). *América Latina en tiempos de globalización II: cultura y transformaciones sociales*. Caracas: Cipost; Universidad Central de Venezuela; Unesco, 2000, p. 93-116.

———. *A conveniência da cultura. Usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ZIGON, Jarrett. *Morality: an anthropological perspective*. Oxford: Berg Publishers, 2008.